

XII ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS E DOCUMENTALISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CARTA DO RIO DE JANEIRO

O XII EBJUT - Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro, nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2012, reuniu os profissionais das áreas de Biblioteconomia e Documentação dos Tribunais do Trabalho, com representantes do TST e da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 24ª Regiões, além de outras instituições jurídicas locais.

Foram discutidos, entre outros assuntos, aspectos inerentes à padronização de procedimentos e a viabilização do trabalho cooperativo entre as unidades de informação por meio da REDIJT - REDE DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, e apresentadas palestras sobre os seguintes temas:

1. Critérios para seleção de obras raras; catalogação cooperativa, formato MARC e compartilhamento de produtos e serviços; ajustes e novas funcionalidades do SIABI (sistema de automação adotado pelos 24 Regionais como programa-padrão para o gerenciamento das bibliotecas); acessibilidade em bibliotecas; coleções especiais e memória; documentos judiciais como fonte de conhecimento para pesquisa histórica; catalogação de acórdãos e processos trabalhistas no TRT do Rio de Janeiro; além de debate acerca da política editorial das revistas dos Tribunais Regionais do Trabalho.

2. O resultado desse fórum visou, principalmente, o aperfeiçoamento dos serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas aos seus usuários, contribuindo para a aquisição do conhecimento e favorecendo a pesquisa e a recuperação da informação jurídica de maneira rápida e eficaz.

3. Os participantes do XII Encontro **DECIDIRAM**:

- Ratificar a classificação do livro como material de consumo, observando a Recomendação nº 9/2009 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, considerando que há regionais que ainda continuam classificando este tipo de material como bem permanente, caso dos TRTs da 1ª, 9ª e 17ª Região.
- Ressaltar a orientação para que o controle patrimonial das obras destinadas aos gabinetes, varas do trabalho e outras unidades administrativas seja realizado pela área responsável pelo material e patrimônio, conforme disposto no item 6 da recomendação supra.
- Solicitar ao CSJT que se manifeste sobre o pleito dos regionais quanto à implantação do Portal TRT com a consulta unificada aos acervos bibliográficos, ressaltando assim a importância do

Projeto REDIJT, em consonância com o processo de modernização tecnológica do Poder Judiciário.

- Promover a acessibilidade nas bibliotecas da Justiça do Trabalho, visando dar condições para que as pessoas com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora) possam usufruir desses espaços e ter acesso à informação contida nos acervos. A aquisição de obras em formato acessível e de equipamentos de tecnologia assistiva deverá ser prevista no planejamento orçamentário anual de cada unidade.
- Evitar esforços para elevar a qualidade dos periódicos da Justiça do Trabalho, fomentando a utilização do software livre SEER/OJS – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas na construção e gestão de suas revistas eletrônicas e que a iniciativa, se possível, seja apoiada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.

4. Resolveram ainda:

- Extinguir a Subcoordenadoria de Gestão da Biblioteca Digital, visto que, atualmente, apenas o TST, o TRT/RJ e o TRT/MG (em processo de implantação) possuem o referido repositório institucional, propondo a criação de um grupo de treinamento para auxiliar a implementação de bibliotecas digitais nos regionais que ainda não as tenham e que o tema seja apresentado no próximo encontro.
- Criar a Subcoordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento do Sistema, com o objetivo de analisar as solicitações de melhorias/novas funcionalidades para o SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas e definir as prioridades de execução a serem encaminhadas para a empresa responsável pelo software.
- Reestruturar a composição das subcoordenadorias, da seguinte forma: Subcoordenadoria de Gestão do Acervo – Coordenadora: Márcia Cristina Ribeiro Simaan (18ª Região) – Membros: Lúcia Otero de Carvalho (1ª Região), Rejane Maria Façanha de Albuquerque (7ª Região), Laura Regina Salles Aranha (15ª Região), Maria Elisabete de Sousa Barbosa (16ª Região) e Euler Sinoir de Oliveira (17ª Região); Subcoordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento do Sistema – Coordenador: Joel Gallinati Heim (2ª Região) – Membros: Sylvia Regina Freixinho (1ª Região), Almerinda de Sousa (5ª Região), Maria do Socorro Seabra Gonçalves Feio (8ª Região), Sônia Regina Locatelli (9ª Região), Ronaldo Alves da Silva (17ª Região) e Carlos Novaes de Castro (18ª Região); Subcoordenadoria de Padronização (anteriormente denominada Subcoordenadoria de Gestão de Normalização) – Coordenadora: Regina Otília de Marco Ferreira (4ª Região) – Membros: Rosilda Cardoso da Silva (1ª Região), Márcia Lúcia Neves Pimenta (3ª Região), Chirlene dos Santos Brandão (10ª Região), Joseliza L. Freitas Rezende do Valle (11ª

Região), Kátia Alberto Jeremias Monticelli (12ª Região), Dárcia Francisca da Costa Marinho (14ª Região), Maria Creuza de Sales (22ª Região) e Gilza Núria Brandão Marroni (24ª Região).

- Solicitar aos Tribunais Regionais do Trabalho que promovam a capacitação de seus bibliotecários no uso do formato MARC (Catalogação Legível por Computador), ofertando cursos presenciais ou a distância, neste caso com possibilidade de compartilhamento com outros TRTs através do banco de cursos gerenciado pelo CSJT.
- Sugerir que a WJ Informática disponha de um bibliotecário especialista em MARC em seu quadro de empregados, para assessoramento quanto ao uso do formato em funcionalidades do SIABI.
- Sugerir que o “Tesouro da Justiça do Trabalho” (4ª Região) seja permanentemente atualizado, dentro do SIABI.
- Solicitar aos Tribunais Regionais do Trabalho o desbloqueio do acesso à internet para as bibliotecas, permitindo que as unidades tenham livre acesso a todos os sites de pesquisa e informação.

Por fim, ficou pendente a escolha do TRT que sediará o próximo encontro nacional. Entretanto, os regionais que ainda não sediaram o EBJUT desde já estão convidados a lançarem candidatura, decisão que poderá ser discutida posteriormente, mediante votação entre os membros da REDIJT.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2012.